

FONTE NOVA NEGÓCIOS E PARTICIPAÇÕES S.A.

Relatório do auditor independente

**Demonstrações contábeis
Em 31 de dezembro de 2019**

FONTE NOVA NEGÓCIOS E PARTICIPAÇÕES S.A.

Demonstrações contábeis
Em 31 de dezembro de 2019

Conteúdo

Relatório do auditor independente sobre as demonstrações contábeis

Balancos patrimoniais

Demonstrações do resultado

Demonstrações das mutações do patrimônio líquido

Demonstrações dos fluxos de caixa

Notas explicativas da administração às demonstrações contábeis

RELATÓRIO DO AUDITOR INDEPENDENTE SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

Aos
Acionistas e Administradores da
Fonte Nova Negócios e Participações S.A.
Salvador - BA

Opinião sobre as demonstrações contábeis

Examinamos as demonstrações contábeis da **Fonte Nova Negócios e Participações S.A. ("Companhia")**, que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2019 e as respectivas demonstrações do resultado, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis.

Em nossa opinião, as demonstrações contábeis acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da **Fonte Nova Negócios e Participações S.A.** em 31 de dezembro de 2019, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

Base para opinião sobre as demonstrações contábeis

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis". Somos independentes em relação à Companhia, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Ênfase

Contrato de Parceria Público-Privada com o Estado da Bahia

Chamamos a atenção para a Nota Explicativa nº 01(f) às demonstrações contábeis, que menciona o envolvimento da Companhia como polo passivo no Processo TCE/000490/2010, movido pelo Plenário do Tribunal de Contas do Estado da Bahia (TCE-BA), alegando a existência de irregularidades na licitação que originou o contrato de concessão firmado entre a Companhia e o Governo do Estado da Bahia. Até a data deste relatório, as decisões emitidas pelo TCE - BA, não contemplaram a execução de quaisquer medidas cautelares que poderiam reduzir o valor da contraprestação pública recebida do Poder Concedente ou impedir a continuidade do Contrato de Parceria Público-Privada. Por essa razão, não foram constituídas provisões para passivos ou *impairment* de ativos que reflitam eventuais impactos do desfecho desse processo. Nossa opinião não está ressalvada em função desse assunto.

Investigações e outros procedimentos legais conduzidos pelo Ministério Público Federal e outras autoridades públicas

Conforme descrito na Nota Explicativa nº 1(c) e 1(d) às demonstrações contábeis e como é de conhecimento público, encontram-se em andamento, desde 2014, investigações e outros procedimentos legais conduzidos pelo Ministério Público Federal e outras autoridades públicas, no contexto da denominada Operação Lava Jato, que envolvem ex-executivos e empresas do Grupo Odebrecht e do Grupo OAS, controladoras em conjunto da Companhia. Os referidos Grupos assinaram acordo de Leniência com o poder público se comprometendo a pagar os montantes de R\$ 1.929 e R\$ 3.828, Grupo OAS e Grupo Odebrecht, respectivamente, como penalidades decorrentes do resultado destas investigações. A administração, neste momento, entende que possíveis efeitos desses acordos de Leniência firmados pelos citados Grupos econômicos, não deverão afetar significativamente a Companhia. Em virtude dessas investigações ainda estarem em curso e por existirem incertezas quanto ao possível envolvimento da Companhia nos atos ilícitos que abrangem suas Controladoras, não foram consideradas nas demonstrações contábeis, quaisquer impactos do desfecho desse processo. Nossa opinião não está ressalvada em função desse assunto.

Principais assuntos de auditoria

Principais assuntos de auditoria (PAA) são aqueles que, em nosso julgamento profissional, foram os mais significativos em nossa auditoria do exercício corrente. Esses assuntos foram tratados no contexto de nossa auditoria das demonstrações contábeis como um todo e na formação de nossa opinião sobre essas demonstrações contábeis e, portanto, não expressamos uma opinião separada sobre esses assuntos.

Ativo financeiro da concessão

Conforme apresentado nas Notas Explicativas nº 1(f) e 7, a Companhia possui um ativo financeiro junto ao poder concedente decorrente dos investimentos realizados na demolição e construção da nova arena multiuso, passando a ser devida pelo poder concedente à Companhia, a contraprestação que será paga em 180 parcelas mensais e sucessivas, atualizadas anualmente pela variação do Índice de Preços do Consumidor Amplo ("IPCA"), com término previsto em abril de 2028.

Este assunto foi considerado significativo para nossa auditoria tendo em vista que a maior parte da receita decorre da atualização do ativo financeiro, bem como o saldo do ativo financeiro da concessão representa mais de 85% do total do ativo da Companhia.

Resposta da auditoria ao assunto

Nossos procedimentos de auditoria para o ativo financeiro da concessão incluíram, dentre outros: (a) entendimento dos controles associados ao ativo financeiro da concessão; (b) avaliação da exatidão e integridade do saldo do ativo e dos reflexos de sua mutação no resultado; (c) recálculo dos valores com base nos indicadores contratuais e de mercado; (d) verificação do registro a valor recuperável do ativo; e (e) avaliação da adequada divulgação das informações em notas explicativas às demonstrações contábeis.

Com base nas evidências obtidas por meio dos procedimentos acima resumidos, consideramos que o registro do ativo financeiro da concessão e seus reflexos no resultado estão adequados, assim como as suas respectivas divulgações, no contexto das demonstrações contábeis referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2019.

Estimativas

As demonstrações contábeis da Companhia apresentam estimativas contábeis críticas relacionadas a operações que requerem elevado nível de julgamento para apuração dos saldos contábeis.

As principais rubricas das demonstrações contábeis que requerem estimativas contábeis críticas são:

- Provisão para perda estimada do contas a receber e ativo financeiro (Notas Explicativas nºs 6 e 7); e
- Provisão para contingências e provisões judiciais (Nota Explicativa nº 13).

Consideramos esse assunto significativo para a nossa auditoria devido à relevância dos saldos de contas a receber e do ativo financeiro da concessão, visto o alto grau de julgamento da administração envolvendo tais estimativas.

Resposta da auditoria ao assunto

Os nossos procedimentos de auditoria realizados em relação às estimativas contábeis críticas incluíram comunicação com a administração para entendimento do ciclo de negócios e os potenciais riscos inerentes.

Em relação a tais estimativas, efetuamos como principais procedimentos, dentre outros: (a) recálculo das estimativas, utilizando o critério aplicado pela Companhia, bem como avaliação da sua razoabilidade frente aos índices de inadimplência; (b) análise histórica dos recebimentos dos títulos com intuito de avaliar a inadimplência; (c) análise do *aging list* das parcelas com o objetivo de avaliar a idade dos títulos que compõe o contas a receber e ativo financeiro da concessão; (d) Circularização de advogados e análise das respostas quanto ao prognóstico de perda dos processos de natureza cível, fiscal e trabalhista; e (e) avaliação da adequada divulgação das informações em notas explicativas às demonstrações contábeis.

Com base nas evidências obtidas por meio dos procedimentos acima resumidos, consideramos que as estimativas estão adequadas, assim como as suas respectivas divulgações, no contexto das demonstrações contábeis referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2019.

Responsabilidades da administração e da governança pelas demonstrações contábeis

A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações contábeis de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações contábeis livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações contábeis, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações contábeis, a não ser que a administração pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Companhia são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações contábeis.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações contábeis.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais;
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia;
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração;
- Concluimos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações contábeis ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional;
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações contábeis, inclusive as divulgações e se as demonstrações contábeis representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Dos assuntos que foram objeto de comunicação com os responsáveis pela governança, determinamos aqueles que foram considerados como mais significativos na auditoria das demonstrações contábeis do exercício corrente e que, desta maneira, constituem os principais assuntos de auditoria. Descrevemos esses assuntos em nosso relatório de auditoria, a menos que lei ou regulamento tenha proibido divulgação pública do assunto, ou quando, em circunstâncias extremamente raras, determinarmos que o assunto não deve ser comunicado em nosso relatório porque as consequências adversas de tal comunicação podem, dentro de uma perspectiva razoável, superar os benefícios da comunicação para o interesse público.

Salvador, 18 de março de 2020.

FONTE NOVA NEGÓCIOS E PARTICIPAÇÕES S.A.

Balancos patrimoniais
Em 31 de dezembro de 2019 e de 2018
(Em milhares de Reais)

Ativo				Passivo e patrimônio líquido			
	Nota Explicativa	2019	2018		Nota Explicativa	2019	2018
Circulante				Circulante			
Caixa e equivalentes de caixa	5	13.438	12.135	Fornecedores		1.561	2.175
Contas a receber	6	22.828	24.053	Empréstimos e financiamentos	10	63.015	61.064
Ativo financeiro da concessão	7	174.134	168.686	Debêntures	11	5.624	918
Adiantamentos a fornecedores		-	100	Partes relacionadas	20	206	468
Tributos a recuperar	9	5.348	6.416	Obrigações tributárias		4.377	3.934
Outros ativos		509	761	Obrigações sociais e trabalhistas		3.161	3.495
		216.257	212.151	Dividendos a pagar	14 c	8.966	9.046
				Receitas diferidas	6	2.531	2.482
				Outros passivos		8.667	6.900
						98.108	90.482
Não circulante				Não circulante			
Contas a receber	6	9.752	9.492	Empréstimos e financiamentos	10	340.951	402.669
Ativo financeiro da concessão	7	720.620	770.363	Debêntures	11	51.475	57.009
Títulos e valores mobiliários	8	21.651	19.854	Partes relacionadas	20	4.294	16.512
Partes relacionadas	20	-	365	Tributos sobre contraprestação	12	128.766	135.392
Tributos a recuperar	9	33.391	37.995	Tributos diferidos	12	95.080	87.132
Outros ativos		555	445	Receitas diferidas	6	7.074	12.284
Imobilizado		1.225	1.427	Contingências e provisões judiciais	13	1.200	491
Intangível		7.459	12.068	Outros passivos		1.863	6.802
		794.653	852.009			630.703	718.291
				Patrimônio líquido			
				Capital social	14	122.188	109.763
				Reservas de lucros		159.911	145.624
						282.099	255.387
Total do ativo				Total do passivo e do patrimônio líquido			
		1.010.910	1.064.160			1.010.910	1.064.160

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações contábeis.

FONTE NOVA NEGÓCIOS E PARTICIPAÇÕES S.A.

Demonstrações do resultado

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2019 e 2018

(Em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)

	Nota explicativa	2019	2018
Receita operacional líquida	15	129.532	131.705
Custo operacional	16	(8.352)	(7.375)
Lucro bruto		121.180	124.330
Despesas operacionais			
Despesas gerais e administrativas	17	(29.781)	(26.615)
		(29.781)	(26.615)
Lucro operacional		91.399	97.715
Resultado financeiro			
Receitas financeiras	18	2.244	2.023
Despesas financeiras	18	(44.218)	(52.061)
		(41.974)	(50.038)
Lucro antes do imposto de renda e da contribuição social		49.425	47.677
Imposto de renda e contribuição social corrente e diferidos	12 c		
Imposto de renda corrente		(4.720)	(1.743)
Imposto de renda diferido		(5.844)	(9.327)
Contribuição social corrente		(1.725)	(647)
Contribuição social diferido		(2.104)	(3.358)
Lucro líquido do exercício		35.032	32.602
Lucro básico por ação de operações continuadas atribuível aos acionistas durante o exercício (expresso em R\$)	19	0,30	0,30

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações contábeis.

FONTE NOVA NEGÓCIOS E PARTICIPAÇÕES S.A.

Demonstrações das mutações do patrimônio líquido (Em milhares de Reais)

	Reservas de lucros						Total
	Capital social integralizado	Reserva Legal	Reserva Especial	Reserva de Realização de investimentos	Reserva de Lucros a realizar	Lucros acumulados	
Saldos em 1º de janeiro de 2018	102.813	7.506	18.546	90.648	11.015	-	230.528
Aumento de capital	6.950	-	(1.769)	(5.181)	-	-	-
Lucro líquido do exercício	-	-	-	-	-	32.602	32.602
Destinação do lucro líquido do exercício:							
Dividendos Propostos	-	-	-	-	-	(7.743)	(7.743)
Constituição de reservas	-	1.630	-	23.229	-	(24.859)	-
Saldos em 31 de dezembro de 2018	109.763	9.136	16.777	108.696	11.015	-	255.387
Aumento de capital (nota 14 a)	12.425	-	-	(12.425)	-	-	-
Lucro líquido do exercício	-	-	-	-	-	35.032	35.032
Destinação do lucro líquido do exercício:							
Dividendos Propostos (nota 14 c)	-	-	-	-	-	(8.320)	(8.320)
Constituição de reservas (nota 14 b)	-	1.752	-	24.960	-	(26.712)	-
Saldos em 31 de dezembro de 2019	122.188	10.888	16.777	121.231	11.015	-	282.099

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações contábeis.

FONTE NOVA NEGÓCIOS E PARTICIPAÇÕES S.A.

Demonstrações dos fluxos de caixa

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2019 e 2018

(Em milhares de Reais)

	2019	2018
Fluxo de caixa das atividades operacionais		
Lucro antes do Imposto de Renda e da Contribuição Social	49.425	47.677
Ajustes para reconciliação do lucro do exercício		
Depreciação e amortização	5.549	5.883
Provisão estimada para créditos de liquidação duvidosa (Nota 6)	(698)	(207)
Atualização do ativo financeiro (Nota 7)	(100.558)	(111.353)
Ajuste a valor presente	(2.011)	(464)
Juros e apropriação dos custos de captação de empréstimos, financiamentos, debêntures e mútuo	42.984	51.190
Caixa aplicado antes das variações de capital circulante operacional	(5.309)	(7.274)
Variação dos ativos e passivos:		
Contas a receber	(1.487)	(2.057)
Ativo financeiro	144.853	139.309
Tributos a recuperar	5.672	4.167
Fornecedores	(514)	1.178
Impostos e contribuições	(12.962)	(5.680)
Outros	(2.321)	(3.132)
Caixa gerado pelas operações	127.932	126.511
Pagamento de juros sobre empréstimos, financiamentos e debêntures (Notas 10 e 11)	(42.109)	(47.739)
Caixa líquido gerado pelas atividades operacionais	85.823	78.772
Fluxo de caixa das atividades de investimentos		
Títulos e valores mobiliários	(1.797)	(778)
Adições ao imobilizado	(65)	(10)
Adições ao intangível	(673)	(3.905)
Caixa líquido aplicado nas atividades de investimentos	(2.535)	(4.693)
Fluxo de caixa das atividades de financiamentos		
Amortização de principal (Notas 10 e 11)	(61.470)	(55.535)
Partes relacionadas (Nota 20)	(12.115)	(10.458)
Dividendos pagos	(8.400)	(9.130)
Caixa líquido aplicado nas atividades de financiamento	(81.985)	(75.123)
Aumento líquido/(redução) de caixa e equivalentes de caixa	1.303	(1.044)
Caixas e equivalentes de caixa no início do exercício	12.135	13.179
Caixas e equivalentes de caixa no final do exercício	13.438	12.135
Aumento líquido/(redução) de caixa e equivalentes de caixa	1.303	(1.044)

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações contábeis.

FONTES NOVA NEGÓCIOS E PARTICIPAÇÕES S.A.

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis
Em 31 de dezembro de 2019 e 2018
(Em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)

1. Informações gerais

A Fonte Nova Negócios e Participações S.A. (“Companhia”) é uma sociedade anônima de capital fechado que foi constituída em 11 de janeiro de 2010, tendo como objetivo a exploração de concessão administrativa, em regime de Parceria Público Privada, pelo prazo de 35 anos, para a prestação do serviço de reconstrução, gestão da operação e manutenção da Arena Fonte Nova, podendo também desenvolver projetos associados e complementares à atividade principal, seja por meio da implementação e gestão de empreendimentos próprios, seja através de investimento e participação em outras sociedades de propósito específico, cujos objetos sociais incluam a exploração de atividades pertinentes à operação da arena multiuso e seu entorno, em conformidade com as condições e especificações no Contrato de Parceria Público-Privada (“Contrato de PPP”) celebrado com o Governo do Estado da Bahia através da Secretaria do Trabalho, Emprego, Renda e Esporte (“SETRE” ou “Poder Concedente”) nos termos do Edital nº 001/2009.

A Companhia é controlada em conjunto pela Odebrecht Properties Parcerias S.A. - Em Recuperação Judicial (“OPP”) e pela OAS Arenas S.A. (“OAS Arenas”) e tem sede em Salvador-BA.

A emissão dessas demonstrações contábeis foi autorizada pela Diretoria da Companhia em cumprimento ao artigo 15º, alínea “G” do Estatuto Social em 18 de março de 2020.

(a) Recuperação judicial - Grupo OAS

Em 31 de março de 2015, a OAS S.A., controladora indireta da Companhia, juntamente com outras empresas do Grupo OAS, em vista da situação financeira desfavorável em que se encontrava, aliada a uma série de outros fatores, ajuizou, no Foro Central da Comarca da Capital do Estado de São Paulo, pedido de recuperação judicial, distribuído sob nº 1030812-77.2015.8.26.0100, nos termos dos artigos 51 e seguintes da Lei nº 11.101/05.

Em 1º de abril de 2015, o Juízo da 1ª Vara Empresarial de Recuperação Judicial e Falências do Foro Central da Comarca da Capital do Estado de São Paulo deferiu o processamento da recuperação judicial da OAS S.A. e suas controladas em recuperação.

Em 17 de dezembro de 2015, o plano de recuperação da OAS S.A. foi aprovado em Assembleia Geral de Credores por ampla maioria de votos e foi homologado no dia 27 de janeiro de 2016 pelo Juízo da 1ª Vara de Falências e Recuperações Judiciais do Tribunal de Justiça de São Paulo. Ver nota 22.

(b) Recuperação Judicial - Grupo Odebrecht

Em 17 de junho de 2019 a OPP, controladora direta da Companhia, juntamente com sua controladora indireta Odebrecht S.A. - Em Recuperação Judicial (“ODB”) e outras empresas do Grupo Odebrecht, ajuizou pedido de recuperação judicial perante a 1ª Vara de Falência e Recuperação Judicial da Comarca da Capital do Estado de São Paulo, nos termos da Lei nº 11.101/05. Frente ao vencimento de dívidas e ocorrência de fatos imprevisíveis, a administração da ODB, com autorização do acionista controlador, concluiu que o ajuizamento do pedido de recuperação judicial se tornou a medida mais adequada para possibilitar o prosseguimento do seu processo de reestruturação financeira de forma coordenada, segura, transparente e organizada.

A OPP e demais empresas do Grupo Odebrecht em recuperação continuam mantendo normalmente suas atividades, focadas no objetivo comum de assegurar estabilidade financeira e soerguimento do Grupo Odebrecht, preservando assim sua função social de garantir e gerar postos de trabalho, disseminar conhecimento tecnológico e criar valor sustentável no interesse da sociedade e demais partes interessadas.

Em 18 de junho de 2019, ocorreu o deferimento do processamento da recuperação judicial, tendo como efeitos importantes: a) a suspensão de todas as ações e execuções em face das empresas do Grupo Odebrecht que ajuizaram o pedido de recuperação judicial por 180 dias, de maneira a garantir a essas empresas estabilidade jurídica para conduzir negociações com os seus credores; b) o início do prazo de 60 dias para que as referidas empresas apresentem uma proposta de plano de recuperação; e c) a nomeação do administrador judicial para acompanhar a condução dos negócios das empresas do Grupo Odebrecht que ajuizaram o pedido de recuperação judicial.

(c) Acordo de Leniência - Grupo OAS

A Controladoria-Geral da União (CGU) e a Advocacia-Geral da União (AGU) assinaram em 14 de novembro de 2019, acordo de leniência com o Grupo OAS, investigado no âmbito da Operação Lava Jato.

Em função deste acordo, o Grupo assume o compromisso de pagar integralmente o valor de R\$ 1.929 milhões, em parcelas anuais, atualizadas pela SELIC, com vencimento para 2047.

**Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis
Em 31 de dezembro de 2019 e 2018
(Em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)**

O Acordo estabelece a obrigatoriedade de aperfeiçoamento do atual programa de integridade do Grupo OAS, determinando seu acompanhamento e aprimoramento contínuo, inclusive com a implementação da certificação ISO 37.001, com foco na prevenção da ocorrência de ilícitos e privilegiando em grau máximo a ética e transparência na condução dos negócios das empresas.

Dentre os benefícios legais assegurados com a celebração e regular execução do Acordo está a autorização para que as empresas do Grupo OAS voltem a poder celebrar contratos com a Administração Pública.

A administração, neste momento, entende que possíveis efeitos dos Acordos de Leniência e investigações em andamento não deverão afetar significativamente a Companhia.

(d) Acordo de Leniência - Grupo Odebrecht

Em 1º de dezembro de 2016, a Odebrecht S.A. - Em Recuperação Judicial (“ODB”), na qualidade de controladora das empresas pertencentes ao seu grupo econômico, firmou o Acordo de Leniência com o MPF, responsabilizando-se por todos os atos ilícitos que integram o objeto do referido acordo, praticados em benefício dessas empresas, com exceção da Braskem S.A. (“Braskem”), que celebrou acordo individual. O acordo firmado pela ODB com o MPF é parte de um Acordo Global, coordenado pelas autoridades competentes das jurisdições brasileira, americana e suíça, no âmbito do qual a ODB, ou outra empresa de seu grupo econômico, se compromete a pagar o valor global equivalente a R\$ 3.828 milhões, em 23 anos, com parcelas anuais customizadas, valores estes reajustados pela taxa SELIC simples.

O racional do referido Acordo de Leniência é o reconhecimento de ilícitos e reparação dos danos causados, bem como a colaboração junto ao MPF e demais autoridades no tocante às investigações, buscando ainda o Grupo Odebrecht a preservação e continuidade de suas atividades, a retomada de contratação com entes públicos e ainda o recebimento de recursos de bancos e entidades públicas, no Brasil e no exterior.

Cabe, ainda ressaltar, que em razão do mencionado Acordo de Leniência, o MPF se comprometeu a não propor ações de natureza cível e medidas adicionais para ressarcimento de valores em decorrência das denúncias e fatos ligados à Lava Jato, não aplicar sanções de improbidade administrativa, bem como empreender gestão junto aos órgãos públicos, empresas públicas e empresas públicas de economia mista para que retirem quaisquer restrições cadastrais da ODB, e suas controladas.

**Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis
Em 31 de dezembro de 2019 e 2018
(Em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)**

Em 09 de julho de 2018, a ODB, na qualidade de controladora das empresas pertencentes ao seu grupo econômico, firmou Acordo de Leniência com a Advocacia Geral da União e o Ministério da Transparência e Controladoria-Geral da União pelo qual se comprometeu a pagar, em vinte e dois anos, o valor total de R\$ 2.727 milhões, valor esse que deverá ser abatido dos R\$ 3.828 milhões ajustados no Acordo de Leniência firmado com o MPF.

Em suas operações no exterior, o Grupo Odebrecht e suas controladas seguem com o propósito de alcançar um entendimento junto às autoridades locais para o fechamento de acordos de colaboração / leniência. Até o presente momento, no âmbito do Grupo Odebrecht, já foram firmados acordos com a República Dominicana, Equador, Panamá, Guatemala e Peru, além das autoridades americanas, suíças e brasileiras.

A administração, neste momento, entende que possíveis efeitos dos Acordos de Leniência e investigações em andamento não deverão afetar significativamente a Companhia.

(e) Operação Cartão Vermelho

Em 26 de fevereiro de 2018, foi divulgado na mídia uma ação movida pelo Polícia Federal contra o Governo do Estado e o Consórcio Fonte Nova Participações S/A. A Companhia não foi notificada até o momento, consequentemente desconhece o conteúdo dessa ação. A Administração reafirma que a Companhia adere a todas as boas práticas de mercado e de conformidade no âmbito de sua estrutura de governança, bem como desconhece qualquer irregularidade no Contrato de Parceria Público-Privada (“Contrato de PPP”) celebrado com o Governo do Estado da Bahia através da Secretaria do Trabalho, Emprego, Renda e Esporte (“SETRE” ou “Poder Concedente”) nos termos do Edital n° 001/2009.

(f) Contrato de concessão

A Companhia é parte de um Contrato de PPP na modalidade de Concessão Administrativa para reconstrução e operação do estádio Octávio Mangabeira, antiga denominação da Arena Fonte Nova, firmado em 21 de janeiro de 2010 entre o Governo do Estado da Bahia, por intermédio da SETRE e a Companhia. O prazo de concessão é de 35 anos e as obras de construção foram concluídas em 5 de abril de 2013.

A referida concessão da operação tem por finalidade permitir a Concessionária recuperar o investimento feito na demolição e construção da nova arena multiuso, não coberto pela contraprestação pública. Consequentemente, a Concessionária explorará economicamente a Arena Fonte Nova e os bens móveis e imóveis que o integram e que atendam aos requisitos impostos pela FIFA e pelo Comitê Organizador da Copa do Mundo de 2014.

**Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis
Em 31 de dezembro de 2019 e 2018
(Em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)**

Após a emissão do Certificado de Conclusão das Obras de Reconstrução, foi iniciada a operação da arena multiuso, passando a ser devida pelo Poder Concedente à Companhia, a contraprestação mensal, que será paga em 180 parcelas mensais e sucessivas, atualizadas anualmente pela variação do Índice de Preços do Consumidor Amplo ("IPCA"), com término previsto em abril de 2028.

Em 12 de abril de 2016, o Plenário do Tribunal de Contas do Estado da Bahia ("TCE-BA"), no julgamento do Processo TCE/000490/2010, determinou ao Poder Concedente a realização de estudos, no prazo de 120 dias, para adequar as cláusulas econômico-financeiras do Contrato de PPP n. 02/2010 firmado com a Companhia, objetivando melhor salvaguarda do interesse público, em razão de irregularidades verificadas no âmbito daquele Processo, cuja decisão está sujeita a recursos. Na referida decisão, o TCE-BA determinou a continuidade do Contrato de PPP n. fevereiro de 2010 e não foram concedidas as medidas cautelares que poderiam resultar na imediata redução do valor pago pelo Poder Concedente a título de contraprestação pública à Concessionária, ou na vedação do pagamento de qualquer quantia a título de compartilhamento de risco de demandas. Da mesma forma, não foram cautelarmente determinadas quaisquer medidas que pudessem ensejar novas obrigações ou assunção de novos custos pela Companhia em relação ao Contrato de PPP, tampouco penalidades à Concessionária ou aos seus administradores.

Considerando o atual estágio do processo, tendo em vista que a decisão não é definitiva, e o fato que qualquer ajuste no Contrato de PPP apenas poderá ser determinado após a conclusão dos estudos recomendados na decisão do TCE-BA, a Administração da Companhia, suportada pela avaliação de seus consultores jurídicos, entende que não é possível, neste momento, estimar eventual impacto na contraprestação pública e tampouco os potenciais desdobramentos deste processo.

Desta forma, em função das incertezas existentes, em 31 de dezembro de 2019, não foi constituída provisão para passivos ou registrado *impairment* de ativos, para refletir os potenciais desdobramentos deste processo.

(g) Glosa da contraprestação pública

Baseado em uma simulação técnica para apurar o cálculo de Compartilhamento de Risco de demanda, a SETRE reteve um valor de R\$ 5.751.000,00 (cinco milhões setecentos e cinquenta e um mil reais) no pagamento da contraprestação da competência janeiro de 2018. Esta retenção possui caráter provisório; as tratativas entre Poder Concedente e Concessionária para apuração e definição da metodologia de cálculo dos valores estão andamento. Até o presente momento não ocorreu a restituição da retenção citada.

2. Apresentação das demonstrações contábeis e principais políticas contábeis

As principais políticas contábeis aplicadas na preparação destas demonstrações contábeis estão definidas a seguir. Estas políticas vêm sendo aplicadas de modo consistente em todos os exercícios apresentados, salvo se indicado de forma diferente.

2.1. Declaração de conformidade (com relação aos pronunciamentos do CPC)

As demonstrações contábeis foram preparadas conforme as práticas contábeis adotadas no Brasil incluindo os pronunciamentos emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC), e evidenciam todas as informações relevantes próprias das demonstrações contábeis e, somente elas, as quais estão consistentes com as utilizadas pela Administração na sua gestão.

As demonstrações contábeis foram preparadas considerando o custo histórico como base de valor.

Os ativos e passivos monetários circulantes e não circulantes, quando o efeito é considerado relevante em relação às demonstrações contábeis, são ajustados pelo seu valor presente, que no reconhecimento inicial representa seu valor justo. O ajuste a valor presente é calculado levando em consideração os fluxos de caixa contratuais e a taxa de juros explícita e, em certos casos implícita, dos respectivos ativos e passivos. Dessa forma, os juros embutidos nas receitas, despesas e custos associados a esses ativos e passivos são descontados com o intuito de reconhecê-los em conformidade com o regime de competência. Posteriormente, esses juros são realocados nas linhas de despesas e receitas financeiras no resultado, por meio da utilização do método da taxa efetiva de juros em relação aos fluxos de caixa contratuais. As taxas de juros implícitas aplicadas foram determinadas com base em premissas e são consideradas estimativas contábeis.

Em função de não haver outros resultados abrangentes, além do próprio resultado nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2019 e de 2018, a Companhia não está apresentando a demonstração do resultado abrangente nessas demonstrações contábeis.

A preparação de demonstrações contábeis requer o uso de certas estimativas contábeis críticas e, também, o exercício de julgamento por parte da Administração da Companhia no processo de aplicação das políticas contábeis. Aquelas áreas que requerem maior nível de julgamento e possuem maior complexidade, bem como as áreas nas quais premissas e estimativas são significativas para as demonstrações contábeis estão divulgadas na Nota Explicativa nº 3.

2.2. Caixa e equivalentes de caixa

O caixa e equivalentes de caixa são mantidos com a finalidade de atender a compromissos de caixa de curto prazo, e não para investimentos ou outros fins. Incluem caixa, depósitos bancários à vista e aplicações financeiras de liquidez imediata ou conversíveis em um montante conhecido de caixa e que estão sujeitos a um risco insignificante de mudança de valor, os quais são registrados pelos valores de custo, acrescidos dos rendimentos auferidos até as datas dos balanços, que não excedem o seu valor de mercado ou de realização.

2.3. Ativos financeiros

2.3.1. Classificação e mensuração

A Companhia classifica seus ativos financeiros no reconhecimento inicial a valor justo, considerando os custos de transação atribuíveis à aquisição ou emissão do ativo financeiro. Em seguida, a mensuração passa a ser pelo custo amortizado por meio do resultado. A classificação depende da finalidade para a qual os ativos financeiros foram adquiridos. Os principais ativos financeiros da Companhia são, (i) caixa e equivalente de caixa, (ii) contas a receber, (iii) ativo financeiro da concessão e (iv) Títulos e valores mobiliários.

2.3.2. *Impairment* de ativos financeiros

A Companhia avalia, na data do balanço, se há evidências objetivas de que o ativo financeiro ou grupo de ativos financeiros está registrado por valor acima de seu valor recuperável (*impairment*). O montante da perda esperada por *impairment* é mensurada como a diferença entre o valor contábil dos ativos e o valor presente dos fluxos de caixa futuros estimados, descontados à taxa de juros em vigor original dos ativos financeiros. O valor contábil do ativo é reduzido e o valor do prejuízo é reconhecido na demonstração do resultado.

Em 31 de dezembro de 2019, a Companhia possuía evidências de ativos cujo valor recuperável foi inferior aos montantes registrados contabilmente e constituiu provisão para perdas estimadas em créditos de liquidação duvidosa (“PECLD”), divulgada na nota explicativa nº 6.

2.3.3. Contas a receber

As contas a receber são, inicialmente, mensuradas pelo preço da transação e, subsequentemente, mensuradas pelo custo amortizado, pelo método da taxa efetiva de juros, deduzidos da provisão (*impairment*) para perda estimada com crédito de liquidação duvidosa, quando necessária.

Se o prazo de recebimento é equivalente a um ano ou menos, as contas a receber são classificadas no ativo circulante, caso contrário, ficam apresentadas no ativo não circulante.

As contas a receber são originadas por:

- (a) Faturamento da contraprestação mensal, a partir da data oficial da entrega da Arena (abril de 2013), dos direitos decorrentes do Contrato de PPP firmado com o Governo do Estado da Bahia, por intermédio da SETRE;
- (b) Locação de camarotes, locação de espaços e estacionamento;
- (c) Parcelas do contrato de patrocínio firmado com a Cervejaria Petrópolis S.A.;
- (d) Pagamentos através de cartões de crédito, referente a venda de camarotes e bilheteria de jogos.

2.3.4. Ativo financeiro da concessão

Refere-se à parcela dos direitos a faturar/receber decorrentes do Contrato de PPP firmado com o Governo do Estado da Bahia, por intermédio da SETRE, classificada como um ativo financeiro por ser um direito incondicional de receber caixa ou outro ativo financeiro diretamente do Poder Concedente pelos serviços de reconstrução da Arena Fonte Nova decorrente da aplicação das Interpretações Técnicas ICPC 01 (R1) - Contrato de Concessão e ICPC 17 - Contrato de Concessão: Evidenciação e da Orientação Técnica OCPC 05 - Contrato de Concessão.

O ativo financeiro está segregado entre o ativo circulante e não circulante com base na expectativa de recebimento das contraprestações pelo Poder Concedente. O ativo financeiro da concessão é reconhecido inicialmente pelo valor justo e subsequentemente, pelo custo amortizado, utilizando-se taxa efetiva de juros.

2.3.5. Títulos e valores mobiliários

Os títulos e valores mobiliários (“TVM”) são inicialmente registrados pelo valor justo e são subsequentemente demonstrados pelo custo amortizado.

2.4. Tributos a recuperar

Referem-se substancialmente a créditos da contribuição ao Programa de Integração Social (“PIS”) e da Contribuição Social para o Financiamento da Seguridade Social (“COFINS”) sobre insumos e serviços de construção, adquiridos diretamente pela Companhia e utilizados na construção da Arena Fonte Nova, bem como de impostos e contribuições retidas sobre faturamento e aplicações financeiras a serem compensados com os tributos devidos.

2.5. Contas a pagar aos fornecedores

As contas a pagar aos fornecedores são obrigações a pagar por bens ou serviços que foram adquiridos no curso normal dos negócios, sendo classificadas como passivos circulantes se o pagamento for devido no período de até um ano. Caso contrário, as contas a pagar são apresentadas como passivo não circulante. As contas a pagar aos fornecedores são, inicialmente, reconhecidas pelo valor justo, e subsequentemente, mensurados pelo custo amortizado, pelo método da taxa efetiva de juros.

2.6. Provisões

As provisões para ações judiciais (trabalhistas, cíveis e tributárias) são reconhecidas quando a Companhia tem uma obrigação presente ou não formalizada (constructive obligation) como resultado de eventos passados; é provável que uma saída de recursos seja necessária para liquidar a obrigação; e o valor tiver sido estimado com segurança.

Quando houver uma série de obrigações similares, a probabilidade de liquidá-las é determinada levando-se em consideração a classe de obrigações como um todo. Uma provisão é reconhecida mesmo que a probabilidade de liquidação relacionada com qualquer item individual incluído na mesma classe de obrigações seja pequena.

As provisões são mensuradas pelo valor presente dos gastos que devem ser necessários para liquidar a obrigação, usando uma taxa antes dos efeitos tributários, a qual reflita as avaliações atuais de mercado do valor do dinheiro no tempo e dos riscos específicos da obrigação. O aumento da obrigação em decorrência da passagem do tempo é reconhecido como despesa financeira.

2.7. Empréstimos, financiamentos e debêntures

Os empréstimos, financiamentos e debêntures são reconhecidos, inicialmente, pelo valor justo, líquidos dos custos incorridos na transação e são subsequentemente demonstrados pelo custo amortizado. Qualquer diferença entre os valores captados (líquidos dos custos da transação) e o valor de liquidação é reconhecida na demonstração do resultado durante o período em que estiverem em aberto, utilizando o método da taxa efetiva e são classificados como passivo circulante, a menos que a Companhia tenha um direito incondicional de diferir a liquidação do passivo por, pelo menos, 12 meses após a data do balanço.

Os custos de empréstimos, financiamentos e debêntures compreendem juros e outros encargos incorridos. Quando diretamente relacionados à aquisição, construção ou formação de um ativo que necessariamente requer um tempo significativo para ser concluído, são capitalizados como parte do custo do correspondente ativo. Todos os demais custos são registrados como despesa no período em que são incorridos.

2.8. Tributos sobre contraprestação

Os impostos e contribuições diferidas representam a aplicação de ISS, PIS e COFINS, sobre receita de construção e as receitas diferidas decorrentes do Contrato de PPP, além de contribuição social e o imposto de renda incidentes sobre a margem de lucro relativa à construção.

2.9. Receitas diferidas

Referem-se às receitas de patrocínio, locação de camarotes e locação de espaços, segregadas entre passivo circulante e não circulante, a serem apropriadas com base na vigência dos contratos, pelo regime de competência.

2.10. Tributação

2.10.1. Imposto de Renda e Contribuição Social - correntes

Para o exercício findo em 31 de dezembro de 2019 o imposto de renda e a contribuição social são calculados com base no lucro real anual, com recolhimento mensal, aplicando-se as alíquotas de 15%, acrescida do adicional de 10% sobre o lucro tributável excedente a R\$ 20 por mês, para imposto de renda, e 9% sobre o lucro tributável para contribuição social sobre o lucro líquido - CSLL.

A Administração periodicamente avalia a posição fiscal das situações nas quais a regulamentação fiscal requer interpretação e estabelece provisões quando apropriado.

2.10.2. Imposto de Renda e Contribuição Social - diferidos

Os créditos tributários diferidos decorrentes de prejuízo fiscal, base negativa da contribuição social e diferenças temporárias são reconhecidos somente na extensão em que seja provável que existirá base tributável positiva para realização desses créditos no futuro e são demonstrados no ativo não circulante.

**Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis
Em 31 de dezembro de 2019 e 2018
(Em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)**

O Imposto de Renda e Contribuição Social diferidos são gerados por diferenças temporárias na data do balanço entre as bases fiscais de ativos e passivos e seus valores contábeis. Os impostos sobre a renda diferidos passivos são integralmente reconhecidos.

Tributos diferidos são mensurados à taxa de tributos que é esperada ser aplicável no ano em que o ativo será realizado ou o passivo liquidado, com base nas taxas de tributos (e lei tributária) que foram promulgadas na data do balanço.

Tributos diferidos ativos e passivos são apresentados líquidos se existe um direito legal ou contratual para compensar o ativo fiscal contra o passivo fiscal e os tributos diferidos são relacionados à mesma entidade tributada e sujeitos à mesma autoridade tributária.

2.11. Reconhecimento de receita

A receita compreende o valor justo da contraprestação recebida ou a receber pela prestação de serviços no curso normal das atividades da Companhia. A receita é apresentada líquida dos impostos incidentes. A Companhia reconhece as receitas quando os valores podem ser mensurados com segurança e é provável que benefícios econômicos futuros serão apurados e quando critérios específicos tiverem sido atendidos, conforme descrição a seguir.

(a) Receita operacional

A receita operacional é reconhecida mensalmente pela competência e apropriada em função da vigência dos contratos de locação (partidas de futebol, camarotes, estacionamento e restaurantes/lanchonetes, locação de espaços para realização de eventos e para fins publicitários), e patrocínio, e da realização dos eventos, pela operação da Arena Fonte Nova.

(b) Atualização do ativo financeiro da concessão

A receita de atualização do ativo financeiro (nota explicativa nº 2.3.4), representa a atualização do valor a receber pela concessão durante o período do contrato. A atualização do ativo financeiro da concessão é reconhecida pelo custo amortizado com base no tempo e na taxa de juros efetiva sobre o montante do principal.

(c) Receita financeira

A receita financeira é reconhecida conforme o prazo decorrido pelo regime de competência, usando o método da taxa efetiva de juros.

2.12. Adoção inicial das normas novas e revisadas

2.12.1 CPC - 06 (IFRS - 16) Operações de Arrendamentos Mercantil

Requer o reconhecimento dos arrendamentos mercantis operacionais nos mesmos formatos dos arrendamentos mercantis financeiros, essa alteração entra em vigor a partir do exercício iniciados em ou após 01 de janeiro de 2019.

A companhia avaliou e não teve efeitos significativos nas políticas contábeis da Companhia na adoção dessa norma nas demonstrações contábeis.

3. Estimativas e julgamentos contábeis críticos

As estimativas e os julgamentos contábeis são continuamente avaliados e baseiam-se na experiência histórica e em outros fatores, incluindo expectativas de eventos futuros, consideradas razoáveis para as circunstâncias. Com base em premissas, a Companhia faz estimativas com relação ao futuro.

Por definição, as estimativas contábeis resultantes raramente serão iguais aos respectivos resultados reais.

As estimativas e premissas que apresentam um risco significativo, com probabilidade de causar um ajuste relevante nos valores contábeis de ativos e passivos para o próximo exercício social, estão contempladas abaixo.

A receita operacional líquida inclui a atualização do ativo financeiro da concessão durante o período do contrato, uma vez que a geração desta receita faz parte dos principais objetivos de negócio da Companhia.

4. Gestão de risco financeiro

4.1. Fatores de risco financeiro

A Companhia participa em operações envolvendo instrumentos financeiros, incluindo caixa e equivalentes de caixa, contas a receber, contas a pagar a fornecedores e financiamentos, com o objetivo de administrar a disponibilidade financeira de suas operações. Assim, as atividades da Companhia a expõem a diversos riscos financeiros: risco de mercado (taxa de juros), de liquidez e de crédito.

A Companhia não possuía instrumentos financeiros derivativos em 31 de dezembro de 2019 e de 2018.

(a) Exposição a risco com taxa de juros

A Companhia está exposta ao risco de que uma variação de taxas de juros flutuantes cause um aumento nas obrigações contratadas com pagamentos de juros futuros e aumentem as despesas financeiras dos empréstimos, financiamentos e debêntures. As dívidas estão sujeitas, principalmente, à variação das taxas pré-fixadas em reais, variação da Taxa de Juros de Longo Prazo - TJLP e da taxa Selic.

A Companhia analisa sua exposição às taxas de juros de forma dinâmica. São simulados diversos cenários levando em consideração refinanciamento, renovação de posições existentes, financiamento. Com base nesses cenários, a Companhia define uma mudança razoável nas taxas de juros e calcula o impacto sobre os resultados. Os cenários são elaborados somente para os passivos que representam as principais posições com juros.

(b) Risco de liquidez

É o risco da Companhia não dispor de recursos líquidos suficientes para honrar seus compromissos financeiros, em decorrência de descasamento de prazo ou de volume entre os recebimentos e pagamentos previstos.

Para administrar a liquidez do caixa, são estabelecidas premissas de desembolsos e recebimentos futuros, sendo monitoradas pelo departamento de tesouraria.

(c) Risco de crédito

O risco de crédito é administrado corporativamente. O risco de crédito decorre de caixa e equivalentes de caixa, depósitos em bancos e outras instituições financeiras, incluindo contas a receber em aberto e operações compromissadas.

Os limites de riscos individuais são determinados com base em classificações, internas ou externas de acordo com os limites determinados pela Diretoria. A utilização de limites de crédito é monitorada regularmente. Não foi ultrapassado nenhum limite de crédito durante o exercício, e a Administração não espera nenhuma perda decorrente de inadimplência dessas contrapartes superior ao valor já provisionado.

FONTE NOVA NEGÓCIOS E PARTICIPAÇÕES S.A.

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis
Em 31 de dezembro de 2019 e 2018
(Em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)

4.2. Gestão de capital

A Companhia administra o seu capital com base no índice de alavancagem financeira. Esse índice corresponde à dívida líquida dividida pelo capital total. A dívida líquida, por sua vez, corresponde ao total de empréstimos, financiamentos e debêntures (incluindo saldos classificados no circulante e no não circulante, conforme demonstrado no balanço patrimonial), subtraído do montante de caixa e equivalentes de caixa.

O capital total é apurado através da soma do patrimônio líquido, conforme demonstrado no balanço patrimonial, com a dívida líquida.

	2019	2018
Total de empréstimos, financiamentos e debêntures	461.065	521.660
(-) Caixa e equivalentes de caixa e TVM	(35.089)	(31.989)
Dívida líquida	425.976	489.671
 Total do patrimônio líquido	 282.099	 255.387
 Total do capital	 708.075	 745.058
 Índice de alavancagem financeira - %	 60%	 66%

4.3. Instrumentos financeiros por categoria

A seguir, apresentamos a segregação dos instrumentos financeiros consolidados por categoria, em 31 de dezembro de 2019 e de 2018:

	2019	2018
Ativos financeiros		
Circulante		
Caixa e equivalentes de caixa	13.438	12.135
Contas a receber	32.580	33.545
Ativo financeiro da concessão	894.754	939.049
Títulos e valores mobiliários	21.651	19.854
Partes relacionadas	-	365
	962.423	1.004.948
 Passivos financeiros		
Circulante		
Fornecedores	1.561	2.175
Partes relacionadas	4.500	16.980
Empréstimos e financiamentos	403.966	463.733
Debêntures	57.099	57.927
	467.126	540.815

FONTE NOVA NEGÓCIOS E PARTICIPAÇÕES S.A.

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis Em 31 de dezembro de 2019 e 2018 (Em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)

5. Caixa e equivalentes de caixa

	2019	2018
Caixa	6	6
Bancos - conta movimento	1.182	464
Aplicações financeiras (i)	12.250	11.665
	13.438	12.135

- (i) As aplicações financeiras correspondem a operações de curto prazo realizadas com instituições que operam no mercado financeiro nacional, tendo como características alta liquidez, baixo risco de crédito e remuneração a 98% (2018 - 97,5% e 98%) do Certificado de Depósito Interbancário ("CDI").

6. Contas a receber

	2019	2018
Contraprestação - SETRE	19.473	19.038
Cervejaria Petrópolis S.A. (i)	9.493	11.140
Locação de camarotes e assentos VIP por temporada	1.945	1.643
Outros	2.803	2.843
	33.714	34.664
PECLD (ii)	(1.134)	(1.119)
	32.580	33.545
Circulante	22.828	24.053
Não circulante	9.752	9.492

- (i) O valor da Cervejaria Petrópolis S.A. registrado no contas a receber possui contrapartida à conta de receitas diferidas (R\$ 7.592) no passivo circulante e não circulante, sendo reconhecido no resultado durante o prazo do contrato. O saldo remanescente, registrado na conta de receitas diferidas (R\$ 2.013), refere-se à apropriação dos contratos de camarotes e outras locações;
- (ii) No exercício de 2019, a Companhia constituiu PECLD no valor de R\$ 698 (2018 - R\$ 207), referente ao saldo vencido e sem expectativa de recuperação, decorrente de créditos com clientes de camarotes, assentos VIP por temporada e locação de espaços.

7. Ativo financeiro da concessão

Refere-se à parcela dos direitos a faturar, decorrentes do Contrato de PPP firmado com o Governo do Estado da Bahia, por intermédio da SETRE.

O quadro a seguir resume a movimentação do saldo:

FONTE NOVA NEGÓCIOS E PARTICIPAÇÕES S.A.

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis Em 31 de dezembro de 2019 e 2018 (Em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)

	2019	2018
Saldo Inicial	939.049	967.005
Receita operacional da contraprestação (nota 15)	23.581	22.678
Atualização financeira (nota 15)	100.558	111.353
(-) Faturamento contraprestação	(168.434)	(161.987)
Saldo Final	894.754	939.049
Circulante	174.134	168.686
Não circulante	720.620	770.363

Os montantes classificados no não circulante têm a seguinte composição, por ano de vencimento:

	2019	2018
2020		93.377
2021	99.396	93.377
2022	99.396	93.377
2023	99.396	93.377
2024	99.396	93.377
2025	99.396	93.377
2026	99.396	93.377
2027	99.396	93.377
2028	24.848	23.347
	720.620	770.363

8. Títulos e valores mobiliários

	2019	2018
Títulos e valores mobiliários - Financiamento (i)	17.734	16.157
Títulos e valores mobiliários - Debêntures (ii)	3.917	3.697
	21.651	19.854

- (i) Referem-se a aplicações em Certificado de Depósito Bancário (“CDB”) remuneradas a 99% (2018 - 99%) do CDI e mantidas como reserva suficiente para a liquidação de 4 (quatro) parcelas do serviço da dívida (principal e juros) do financiamento do Banco do Nordeste do Brasil;
- (ii) Referem-se a aplicações em CDB remuneradas a 99% e 100% (2018 - 99% e 100%) do CDI e mantidas como reserva suficiente para a liquidação de 3 (três) parcelas do serviço da dívida (principal e juros) das debêntures.

9. Tributos a recuperar

	2019	2018
PIS	6.778	7.599
COFINS	31.219	35.003
Imposto de renda retido sobre faturamento contraprestação	-	766
Imposto de renda retido sobre aplicações financeiras	-	329
Imposto sobre outros faturamentos	742	714
	38.739	44.411
Circulante	5.348	6.416
Não circulante	33.391	37.995

FONTE NOVA NEGÓCIOS E PARTICIPAÇÕES S.A.

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis Em 31 de dezembro de 2019 e 2018 (Em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)

10. Empréstimos e financiamentos

Modalidades	Moeda	Vencimento	2019	2018
CCB	Reais	2025	37.384	44.196
CCB - FUNDESE	Reais	2026	171.025	198.521
Financiamento - Repasse FNE	Reais	2025	198.484	224.807
			406.893	467.524
(-) Custos de captação a apropriar			(2.927)	(3.791)
			403.966	463.733
Circulante			63.015	61.064
Não circulante			340.951	402.669

Para a execução dos custos iniciais das obras de reconstrução da Arena Fonte Nova, a Companhia obteve, em 21 de junho de 2010, a aprovação para liberação de empréstimo, na modalidade de Cédula de Crédito Bancário (“CCB”), no valor de R\$ 50.000, com vencimento em 21 de junho de 2025.

Adicionalmente, também foram liberados R\$ 323.629 através do Programa de Empreendimentos Turísticos (“PROTURISMO”) do Fundo de Desenvolvimento Social e Econômico (“FUNDESE”), cujo vencimento final ocorrerá em 15 de janeiro de 2026.

Também foram captados recursos no total de R\$ 250.000, em contrato datado de 30 de dezembro de 2010, oriundos do Fundo Constitucional de Financiamento do Nordeste (“FNE”) e com vencimento em 28 de dezembro de 2025.

(a) Garantias

Todos os empréstimos possuem garantias, cujo compartilhamento é regido através do compartilhamento de garantia entre os credores, conforme detalhado no quadro abaixo por empréstimo:

Modalidades	Garantias contratuais
CCB	Cessão fiduciária de direitos e créditos decorrentes da contraprestação pública e exploração da Arena, penhor de ações e direitos emergentes e suporte financeiro dos acionistas.
CCB - FUNDESE	Cessão fiduciária de direitos e créditos decorrentes da contraprestação pública e exploração da Arena, penhor de ações e direitos emergentes e suporte financeiro dos acionistas.
Financiamento - Repasse FNE	Cessão fiduciária de direitos e créditos decorrentes da contraprestação pública e exploração da Arena, penhor de ações e direitos emergentes e suporte financeiro dos acionistas.

A movimentação dos empréstimos está demonstrada a seguir:

FONTE NOVA NEGÓCIOS E PARTICIPAÇÕES S.A.

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis Em 31 de dezembro de 2019 e 2018 (Em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)

	2019	2018
Saldo Inicial	463.733	505.151
Juros apropriados	36.578	42.358
Amortização	(60.530)	(43.315)
Pagamento de juros	(36.680)	(41.394)
Apropriação dos custos de captação	865	933
Saldo Final	<u>403.966</u>	<u>463.733</u>

Os montantes com vencimento em longo prazo têm a seguinte composição, por ano de vencimento:

	2019	2018
2020	-	62.155
2021	64.313	64.227
2022	66.459	66.373
2023	68.684	68.598
2024	70.967	70.882
2025	68.198	68.112
2026	2.330	2.322
	<u>340.951</u>	<u>402.669</u>

11. Debêntures

Em 22 de fevereiro de 2012, a Companhia realizou emissão de debêntures não conversíveis em ações com garantia real, em série única, no valor total de R\$ 94.000, as quais foram objeto de colocação privada sem esforço de venda para o público em geral.

Classificação	Vencimento	2019	2018
Emissão Real	2024	<u>57.099</u>	<u>57.927</u>
		<u>57.099</u>	<u>57.927</u>
Circulante		5.624	918
Não circulante		51.475	57.009

As amortizações das debêntures iniciaram em 22 de março de 2014, com vencimento final em 22 de dezembro de 2024.

A movimentação das debêntures está demonstrada a seguir:

	2019	2018
Saldo Inicial	57.927	70.047
Juros apropriados	5.429	6.321
Amortização	(940)	(12.220)
Pagamento de juros	(5.429)	(6.345)
Apropriação dos custos de captação	112	124
Saldo Final	<u>57.099</u>	<u>57.927</u>

Os montantes com vencimento no longo prazo têm a seguinte composição, por ano de vencimento:

FONTE NOVA NEGÓCIOS E PARTICIPAÇÕES S.A.

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis Em 31 de dezembro de 2019 e 2018 (Em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)

	2019	2018
2020	-	5.535
2021	8.368	8.368
2022	12.146	12.146
2023	15.933	15.933
2024	15.028	15.027
	51.475	57.009

12. Tributos diferidos e tributos sobre contraprestação

	2019	2018
ISS (a)	44.738	46.952
PIS e COFINS (a)	84.028	88.440
	128.766	135.392
Imposto de Renda (b)	69.912	64.068
Contribuição Social (b)	25.168	23.064
	95.080	87.132
	223.846	222.524

(a) Tributos sobre contraprestação

O Imposto sobre Serviços (“ISS”), PIS e COFINS diferidos são aplicados sobre o saldo do ativo financeiro da concessão e estão sendo realizados pelo efetivo recebimento da contraprestação.

(b) Tributos diferidos

	2019	2018
Composição de tributos diferidos:		
Custo de construção	(161.714)	(181.315)
Receita de construção e atualização do ativo financeiro	260.866	273.780
Outros	(4.072)	(5.333)
	95.080	87.132
Passivo de tributo diferido	261.973	275.220
Ativo fiscal diferido - não circulante	(166.893)	(188.088)
Passivo fiscal líquido diferido - não circulante	95.080	87.132

O imposto de renda e a contribuição social diferidos são aplicados sobre as diferenças temporárias ativas (custo do ativo financeiro da concessão e despesas pré-operacionais) e passivas (ativo financeiro da concessão a receber e custo de captação dos financiamentos e debêntures).

Os saldos serão realizados na medida dos recebimentos das contraprestações do Poder Concedente, o que ocorrerá ao longo do Contrato de Concessão.

FONTE NOVA NEGÓCIOS E PARTICIPAÇÕES S.A.

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis Em 31 de dezembro de 2019 e 2018 (Em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)

(c) Reconciliação da despesa de impostos de renda e contribuição social

	2019	2018
Lucro antes dos impostos	49.425	47.677
Imposto de Renda ("IR") e Contribuição Social ("CS") às alíquotas nominais	(16.805)	(16.210)
Ajustes para apuração da alíquota efetiva:		
Prejuízos fiscais sem constituição de ativo diferido	2.792	663
Diferenças temporárias sem constituição de diferido	(213)	218
Outras adições/exclusões permanentes, líquidas	(167)	254
Efeito IR e CS no resultado	<u>(14.393)</u>	<u>(15.075)</u>
IR e CS correntes	(6.445)	(2.390)
IR e CS diferidos	(7.948)	(12.685)
Total despesa com IR e CS	<u>(14.393)</u>	<u>(15.075)</u>

13. Contingências e provisões judiciais

	2019	2018
Cíveis	11	33
Fiscais	549	445
Trabalhistas	640	13
	<u>1.200</u>	<u>491</u>

Os montantes apresentados no quadro acima referem-se a causas com perda provável, baseado na expectativa dos assessores jurídicos da Companhia.

A Companhia tem ações de naturezas cível, fiscal e trabalhista, envolvendo risco de perda classificados pela Administração como possíveis, com base na avaliação de seus consultores jurídicos, para as quais não há provisão constituída. Do montante total de ações classificadas com êxito possível, R\$ 9.831, destaca-se processo no montante de R\$ 9.180, visando a cobrança de ISS sobre as receitas de locação decorrentes da atividade de exploração do estádio, relativo ao período compreendido entre abril de 2013 e abril de 2015.

14. Patrimônio líquido

(a) Capital social

Em 31 de dezembro de 2019, o capital social subscrito da Companhia é de R\$ 122.188 (2018 - R\$ 109.763), representado por 122.188.000 (2018 - 109.763.000) ações ordinárias, ao valor nominal de R\$ 1,00 (um real) cada, tendo sido integralizadas pelos acionistas, na proporção de suas participações (50% cada).

Em 30 de abril de 2019, a Assembleia Geral Extraordinária aprovou o aumento de capital no montante de R\$ 12.425, mediante a incorporação das reservas de realização de investimentos R\$ 12.425.

FONTE NOVA NEGÓCIOS E PARTICIPAÇÕES S.A.

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis
Em 31 de dezembro de 2019 e 2018
(Em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)

(b) Reservas de lucros

De acordo com o Estatuto Social, as importâncias apropriadas às reservas legal e de lucros a realizar são determinadas como descrito abaixo, sendo que o saldo remanescente após essas apropriações e a distribuição de dividendos, terá a aplicação que decidir a Assembleia Geral dos Acionistas.

(i) Reserva legal

É constituída mediante apropriação de 5% do lucro líquido do exercício até alcançar 20% do capital social.

(ii) Reserva de realização de investimentos

Conforme previsto no estatuto social da Companhia, do lucro líquido ajustado, nos termos do artigo 196 da Lei das Sociedades por Ações, é constituída reserva de realização de investimentos mediante apropriação de até 75% que, juntamente com a reserva legal, poderá alcançar 100% do capital social.

A Administração da Companhia, seguindo instruções dos acionistas, constituiu reserva de realização de investimentos no montante de R\$ 24.960 (2018 - R\$ 23.229), com o objetivo de expansão das atividades da Companhia. A Administração irá propor a Assembleia Geral Extraordinária, a capitalização do saldo excedente da reserva em 2019 no valor R\$ 13.355.

(c) Dividendos

Aos titulares de ações emitidas da Companhia será atribuído, em cada exercício, um dividendo não inferior a 25%, tendo como base o lucro líquido do exercício, ajustado nos termos da Lei das Sociedades por Ações.

15. Receita operacional líquida

	2019	2018
Receitas operacional da contraprestação	23.581	22.678
Receitas operacionais	25.633	18.635
Atualização do ativo financeiro	100.558	111.353
Impostos e contribuições sobre serviços	(20.240)	(20.961)
	<u>129.532</u>	<u>131.705</u>

FONTE NOVA NEGÓCIOS E PARTICIPAÇÕES S.A.

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis Em 31 de dezembro de 2019 e 2018 (Em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)

16. Custo operacional

	2019	2018
Custo com jogos	7.428	4.720
Custo com repasse e comissão de patrocínio	924	2.655
	8.352	7.375

Os custos com jogos referem-se aos gastos decorrentes do contrato firmado com o Esporte Clube Bahia para realizações de suas partidas oficiais na Arena Fonte Nova, enquanto o custo com repasse e comissão registram os gastos com a participação contratual da receita de patrocínio ao Esporte Clube Bahia e comissão pela captação do patrocínio.

17. Despesas gerais e administrativas

	2019	2018
Despesas com pessoal	12.130	11.688
Despesas com serviços de terceiros	11.650	10.196
Outros	3.047	2.652
Água e energia	1.138	869
Seguros	980	889
PECLD (Nota 6)	698	207
Compra de materiais	138	114
	29.781	26.615

18. Resultado financeiro

	2019	2018
Receitas financeiras		
Juros sobre aplicações financeiras	2.012	2.008
Outros	232	15
	2.244	2.023
Despesas financeiras		
Juros sobre empréstimos	(37.443)	(43.291)
Juros sobre debêntures	(5.541)	(6.445)
Juros sobre empréstimo de mútuos	(688)	(1.454)
Comissões e despesas bancárias	(355)	(622)
IOF	(6)	(17)
Outros	(185)	(232)
	(44.218)	(52.061)
	(41.974)	(50.038)

19. Lucro por ação

O lucro básico por ação é calculado mediante a divisão do lucro atribuível aos acionistas da Companhia, pela quantidade média ponderada de ações ordinárias.

FONTE NOVA NEGÓCIOS E PARTICIPAÇÕES S.A.

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis Em 31 de dezembro de 2019 e 2018 (Em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)

	2019	2018
Lucro atribuível aos acionistas da Companhia	35.032	32.602
Quantidade média ponderada de ações ordinárias em circulação (milhares)	118.103	107.611
Lucro básico por ação - R\$	<u>0,30</u>	<u>0,30</u>

20. Transações e saldos com partes relacionadas

As transações e saldos com partes relacionadas apresentaram a seguinte composição:

	2019	2018
Ativo		
Não circulante		
CAS (i)	-	365
	<u>-</u>	<u>365</u>
Passivo		
Circulante		
Construtora OAS S.A. - Em recuperação judicial (ii)	103	-
Construtora Norberto Odebrecht S.A. (ii)	103	468
	<u>206</u>	<u>468</u>
Não circulante (iii)		
Construtora OAS S.A. - Em recuperação judicial	2.147	7.351
Construtora Norberto Odebrecht S.A.	2.147	9.161
	<u>4.294</u>	<u>16.512</u>
Resultado		
Principal (ii)	103	104
Principal (iii)	(12.906)	(10.354)
Encargos (iii)	(688)	(1.454)
	<u>(13.491)</u>	<u>(11.704)</u>

- (i) Adiantamentos concedidos para o Consórcio Arena Salvador ("CAS"), que possui como acionistas OAS e Odebrecht, para fazer face a gastos futuros desde a execução da obra;
- (ii) Pagamentos realizados pelo CAS de compromissos assumidos em nome da Companhia (Compras Diretas) para posterior ressarcimento, conforme Termo de Entendimento firmado entre as partes em 28 de março de 2013, com incidência de 115% da variação do CDI, aplicáveis sobre os valores efetivamente desembolsados.

As despesas referentes à remuneração do pessoal-chave da Administração, responsáveis pelo planejamento, direção e controle das atividades da Companhia totalizaram R\$ 4.492 durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2019 (2018 - R\$ 4.011).

21. Seguros

A Companhia possui um programa de gerenciamento de riscos com o objetivo de delimitar os riscos, buscando no mercado coberturas de seguro compatíveis com o seu porte e suas operações. As coberturas foram contratadas por montantes considerados suficientes pela Administração para cobrir eventuais sinistros, considerando a natureza da sua atividade, os riscos envolvidos em suas operações e a orientação de seus consultores de seguros.

FONTE NOVA NEGÓCIOS E PARTICIPAÇÕES S.A.

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis Em 31 de dezembro de 2019 e 2018 (Em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)

Em 31 de dezembro de 2019, a Companhia possuía contratos com as seguintes coberturas de seguros:

Modalidade	Vigência até	Cobertura
Riscos operacionais	18/09/2020	900.948
Responsabilidade civil em geral	18/03/2020	50.000
Garantia de performance da operação	25/07/2020	11.244
D&O	19/09/2020	50.000

22. Evento subsequente

(a) Recuperação Judicial - Grupo OAS

Em decisão judicial proferida no dia 03 de março de 2020, pela 1º Vara de Falências e Recuperações Judiciais do Tribunal de Justiça de São Paulo, foi decretado o fim do processo de Recuperação Judicial do Grupo OAS.

O encerramento da Recuperação Judicial, cujo processamento foi iniciado em 1º de abril de 2015, ocorreu após serem cumpridas todas as obrigações vencidas no prazo de fiscalização, então em vigor.

A ampla reestruturação implementada culminou em expressiva redução da dívida da empresa, drástica redução de despesas, revisão e otimização dos processos internos e fortalecimento da área de Compliance.

Com isto, o grupo volta-se agora para a prospecção de novos negócios, utilizando-se da capacidade técnica existente e da excelência na prestação de seus serviços em engenharia, seja para clientes públicos ou privados.